

XV Encontro Nacional do PROIFES – Conjuntura e os Desafios do Movimento Docente

REINVENTAR O MOVIMENTO SINDICAL DIANTE DE UMA CONJUNTURA COMPLEXA

O PROIFES tem se construído historicamente a partir dos princípios da pluralidade, descentralização, independência dos sindicatos federados e da democracia. Fortaleceu-se a partir de uma postura propositiva em relação ao governo, e de importantes contribuições nas articulações nacionais no campo da educação. Contribuímos de maneira positiva e profunda no avanço da carreira docente, dos salários, na compreensão da importância do aposentado. E, a partir do golpe em 2016, tornou-se prioritária a defesa intransigente das universidades e institutos federais e da ciência e tecnologia. Contrário dessa ação é nossa luta pela revogação da EC 95, sob a pena de inviabilização do PNE.

A vitória da extrema direita nas eleições de 2018, expressa na eleição de Bolsonaro e de diversos candidatos de extrema direita, com um programa autoritário e conservador no parlamento, representa um processo de fascistização da sociedade brasileira que segue em curso, impulsionado pela criminalização da política através das operações dirigidas por parcelas do sistema jurídico estatal, propagado pelos grandes grupos empresariais de comunicação e respaldado por setores das forças armadas brasileiras.

Trata-se de um governo com um programa ultra neoliberal e autoritário com o objetivo de desmontar os pilares do Estado Democrático de direito lançados no período Desenvolvimentista e da Nova República, que se lançou numa cruzada contra a Educação, as Universidades e os Institutos Federais, combinando um processo de sucateamento via cortes de recursos com a desmoralização e criminalização desses setores. Por identificar que esses cumprem um papel destacado na defesa da democracia, da liberdade de expressão e do pensamento crítico e reflexivo. É nesse cenário de retirada de direitos e privatização que se insere a sua atual proposta para as Universidades, o "Future-se". Onde apresenta "saídas" que atingem profundamente a autonomia administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e, também na sua autonomia didático-científica.

Apesar da velocidade com que o governo tem implementado a sua agenda autoritária, de retirada de direitos e de desmonte da soberania nacional, é possível identificar contradições que tem surgido no seu interior. Que podem se agudizar na medida em que o governo não tenha sucesso na construção de saídas para a crise social, econômica e política na qual o Brasil está imerso. Nesse sentido, essas contradições precisam ser exploradas pela Federação, através de um processo de articulação com amplos segmentos da sociedade, objetivando a construção de uma frente ampla democrática.

Para isso, será necessário que o PROIFES e os seus sindicatos federados contribuam no fortalecimento da unidade entre os setores democráticos e populares para a construção de uma oposição programática e qualificada ao governo Bolsonaro. Esta oposição deverá consistir em uma articulação prioritária com os movimentos sociais, centrais sindicais, movimento

estudantil, juristas e setores religiosos progressistas, entidades científicas e acadêmicas, partidos políticos comprometidos com a defesa da democracia, dos direitos e da soberania nacional.

Para isso, também será necessário renovar e intensificar as formas de mobilização no interior do movimento docente. A greve, o mais poderoso instrumento de luta da classe trabalhadora e que tem sido o principal instrumento de mobilização utilizado até então, não pode ser banalizada, sob pena de, na atual conjuntura, acabar contribuindo para um dos objetivos do governo: o de esvaziar as IFES, que tem cumprido um importante papel na mobilização democrática da sociedade. O momento atual não permite respostas simples, e, tampouco, a repetição do que vinha sendo feito antes. As formas de mobilização precisam contribuir para que a sociedade consiga compreender o papel das IFES no nosso país na melhoria de vida da população e no desenvolvimento nacional. É preciso qualificar os nossos instrumentos de comunicação e diálogo com a sociedade para que ela compreenda a importância das Universidades Públicas.

É nesse cenário difícil que o PROIFES terá que atuar no sentido de tentar evitar a perda de direitos da categoria docente, bem como resistir às tentativas de desmonte da educação pública, quebra da autonomia universitária e desfinanciamento da produção científica. Sem dúvida, as margens de negociação para com esse governo serão muito restritas. O seu projeto para as IFES já está claro e para resistir a ele, será necessária a combinação de amplitude nas alianças e aumento na capacidade de mobilização, diálogo com a sociedade, fortalecimento dos espaços de base, investimento na formação e renovação dos militantes sindicais e ampliação das sindicalizações. Para resistir aos ataques precisaremos que mais docentes se coloquem em movimento, construindo novas formas de pressão e mobilização, que sejam capazes de combinar a pressão institucional com a pressão social.

A Federação deve, nessa quadra política, fortalecer os sindicatos federados e a expansão da sua estrutura federativa. Dedicar todos os esforços para resistir e combater esse projeto implementado pelo governo Bolsonaro. Para isso, estabelecer áreas estratégicas de atuação, a saber: a educação, a ciência e tecnologia, os direitos humanos e a democracia. A partir desses eixos, conceber um conjunto de ações de curto e médio prazo que oriente os sindicatos federados e o conjunto do movimento docente, aumentando a sua relevância e protagonismo. Para isso, é necessário um Conselho Deliberativo ainda mais forte e coeso, com uma Diretoria Executiva ágil e capaz de contribuir para que o movimento docente seja um dos protagonistas na luta em defesa da democracia.

A capacidade que teremos de resistir à retirada de direitos e manter as condições de trabalho estará diretamente relacionada a nossa capacidade de unir as negociações corporativas com os interesses da pesquisa e da produção científica, da defesa da autonomia universitária e de uma educação pública e gratuita e outras pautas gerais, tendo a capacidade de construir novas formas de mobilização que consigam combinar amplitude com enraizamento da defesa das IFES. Ou construímos um amplo movimento na sociedade em defesa da Educação Pública e da Universidade Pública ou

difícilmente conseguiremos manter as nossas condições de trabalho e a existência das Instituições Federais de Ensino como hoje conhecemos. O avanço de nossa luta sindical dependerá do avanço da luta geral, que conquiste uma maioria na sociedade em defesa da educação pública, da ciência e do desenvolvimento nacional e da democracia.

Belém, 4 de agosto de 2019.